

**Parecer da AVALER**  
**Associação de Entidades de Valorização Energética de Resíduos Sólidos Urbanos**  
**sobre o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050**

A AVALER saúda a iniciativa de desenvolvimento de um Roteiro Nacional para a Neutralidade Carbónica em 2050. Vemos com muita satisfação que o objetivo de redução das emissões de gases com efeito de estufa no setor dos resíduos adquira a devida importância política, convergindo com as preocupações que a AVALER vem expressando na defesa de políticas de redução do envio de resíduos para aterro e, como tal, de redução de emissão de gases com efeito de estufa do setor.

Os resíduos urbanos, representando tipicamente apenas um terço em massa da totalidade dos resíduos produzidos, pelas suas características e pela sua importância económica, social e ambiental, têm uma relevância particular no quadro da produção de resíduos pela sociedade. Será sobretudo a essa tipologia de resíduos que nos referiremos.

O RNC2050 inclui três cenários de produção de resíduos urbanos no horizonte 2050: o mais pessimista admite a manutenção da produção atual, cerca de 467kg/pessoa.ano, o cenário intermédio admite uma redução de cerca de 10% face a esse valor e o mais ambicioso uma redução de cerca de 27% até 2050. Compreendemos também o processo pelo qual se chegou a estes valores e aceitamos que é um exercício sempre difícil prever evoluções futuras de indicadores que dependem muito de fatores comportamentais. Porém, há alguma informação sobre o passado, que importaria ter em conta.

O PERSU2020, atualmente em vigor, integrou o Programa de Prevenção de Resíduos Urbanos (PPRU) e definiu duas metas de redução da produção de resíduos urbanos: 1- redução mínima da produção de resíduos por habitante de 7,6% em peso relativamente ao valor verificado em 2012 (456kg/hab.ano) até 31 de dezembro de 2016 (o que remetia para uma produção per capita de cerca de 421kg em 2016) e 2- redução da produção de resíduos urbanos, em 2020, de 10% em relação ao produzido em 2012; ou seja, a produção de resíduos urbanos em Portugal não deveria ultrapassar 410 kg/hab.ano em 2020.

Porém verifica-se o seguinte: a que produção de RU em 2016, em Portugal, foi de 474kg por habitante (APA), não se cumpriu a meta estabelecida pelo PERSU2020 para esse ano e, sendo a tendência da produção de RU fortemente crescente (484kg por habitante ano em 2017, e a crescer), pode dizer-se com segurança que não será cumprida a meta de redução estabelecida pelo PERSU2020 para 2020. Se recuarmos no tempo verificamos sempre o mesmo padrão: as metas de redução da produção de resíduos, estabelecidas com a melhor boa vontade, são sistematicamente violadas pela realidade.

A última década é muito eloquente: tendo havido uma redução da produção de resíduos com a crise económica que se iniciou em 2008, a produção de resíduos retomou o crescimento assim que ocorreu alguma recuperação económica. Esses factos recomendariam precaução nas estimativas da produção de resíduos, tanto mais que a produção de resíduos per capita em Portugal, atualmente alinhada com a média europeia, é inferior à generalidade dos países com rendimento per capita superior a Portugal. Logo, se Portugal tiver crescimento económico e aumento de rendimento das famílias, como desejamos, é muito defensável o crescimento da produção per capita de resíduos e não o seu decréscimo.

Parece-nos por isso pouco prudente que, a par da redução da população, se considerem ainda reduções da produção per capita de resíduos urbanos em 2 dos 3 cenários e em nenhum se admita o seu aumento. No que diz respeito a estimativas de produção de resíduos, temos visto noutros países atitudes mais prudentes e, talvez, mais de acordo com a experiência adquirida.

Um segundo ponto que nos merece comentários prende-se com o que nos parece ser alguma complacência para com o destino final “aterro sanitário” e, parece-nos, a ausência de uma estratégia clara e determinada de fase-out para esta solução.

Em 2017 Portugal enviou 57,4% dos resíduos urbanos para aterro (APA). Um valor persistentemente alto, em linha com o verificado nos anos anteriores. Por outro lado, como o PNC2050 adequadamente

caracteriza, os aterros representam 72% da emissão de gases com efeito de estufa dos setores dos resíduos e águas residuais, dos quais cerca de 65% provêm de aterros sanitários de resíduos urbanos.

Parece-nos, portanto, claríssimo que uma estratégia de descarbonização do setor dos resíduos deveria consistir, prioritariamente, numa estratégia de fase-out dos aterros sanitários. Essa estratégia é tanto mais urgente quanto sabemos hoje (vide proposta de PERSU2020+) que apenas existe em Portugal capacidade global de encaixe nos aterros para mais 6 a 7 anos. A análise regional feita no PERSU2020+ revela situações verdadeiramente preocupantes. Por exemplo o Algarve, possui 3 anos de capacidade de aterro, ao mesmo tempo que envia para aterro cerca de 85% dos resíduos urbanos produzidos; a Região Centro envia para aterro cerca de 70% dos resíduos urbanos produzidos e a Região do Alentejo 68%. Mesmo as Regiões Norte e LVT, apesar de enviarem menos fração para aterro, graças às unidades de valorização energética aí existentes, estão ainda assim acima dos 50%.

O RNC2050, ao assumir que o aterro terá um fase-out progressivo até 2040-2050 conforme os cenários, em qualquer caso muito além do período de vida das infraestruturas existentes, está efetivamente a considerar que em meados da próxima década o país estará a construir novos aterros sanitários. Com a devida consideração, parece-nos uma estratégia desadequada a uma efetiva descarbonização da economia e da sociedade.

Consideramos que a estratégia realmente descarbonizadora do setor seria assumir um fase-out muito determinado do aterro como destino final dos resíduos, criando as devidas alternativas, na linha daquilo que no princípio deste século foi feito com sucesso, em Portugal, quanto ao encerramento das lixeiras.

À imagem do que fazem já hoje os países mais desenvolvidos do Mundo neste setor, tal só pode ser conseguido com uma aposta determinada na reciclagem de qualidade, complementada pela valorização energética da fração que não pode ser reciclada com a qualidade que a Economia Circular exige, que representa tipicamente 35% dos resíduos urbanos, a que deve acrescer alguma capacidade de reserva, uma vez que essa deverá, necessariamente, deixar de ser garantida pelo aterro sanitário. É isso que mostram os sistemas onde há efetiva descarbonização do setor, como é o caso da Suécia, Dinamarca, Alemanha, Holanda, Áustria, Suíça e Bélgica, entre outros, onde o aterro é efetivamente reduzido ao mínimo técnico possível (abaixo de 5%).

Por outro lado, a valorização energética de resíduos tem uma evidente sinergia positiva com a descarbonização do setor energético, nomeadamente com a produção de eletricidade, reconhecidamente o principal fator de descarbonização do setor energético e da mobilidade. Ao produzir energia elétrica de base “despachável” a valorização energética de resíduos permite substituir carvão, ao contrário de outras renováveis não despacháveis (p.e. solar ou eólico). Isso constitui um recurso precioso num contexto de descarbonização e eletrificação da economia e da sociedade. Lamentamos que essa sinergia não tenha sido devidamente explorada, numa lógica de integração de setores, potenciadora da eficácia e eficiência da descarbonização.

Estranhamente em nossa opinião, o único cenário onde se projeta algum aumento de capacidade de valorização energética é o cenário “fora de pista”, o mais desfavorável, sem que seja claro porque é que o aumento da capacidade de valorização energética está exclusivamente associado a tal cenário. Enquanto que nos cenários mais otimistas se aponta para uma “redução da deposição de resíduos urbanos em aterro, em consonância com os objetivos da Diretiva Aterros (10% em 2035)” sem, no entanto, se explicar como é que tal feito será conseguido.

Sublinhando o interesse na iniciativa e a qualidade das reflexões que encerra, não podemos deixar de referir que, no que aos resíduos urbanos diz respeito, a versão do RNC2050 colocada à discussão representa uma oportunidade perdida de assumir com clareza e sem preconceitos a resolução de um dos mais relevantes estrangulamentos de setor dos resíduos e o maior fator de emissão de gases com efeito de estufa desse setor. Apelamos a que a revisão que certamente se seguirá à discussão pública, contemple uma reorientação estratégica do RNC2050 para este setor, na linha do que acima defendemos, visando uma mais ambiciosa e rápida descarbonização do setor da gestão de resíduos urbanos portugueses.

AVALER, 27 de fevereiro de 2019.